

[Pre-print - Nunes, M. B. (2021). A Biblioteca como biografia: uma aproximação à figura de Álvaro Machado Villela a partir da sua biblioteca particular. Boletim Cultural de Vila Verde, 16, pp. 137-158. ISSN 1646-3196.]

A biblioteca como biografia: uma aproximação à figura de Álvaro Machado Villela a partir da sua biblioteca particular

Manuela Barreto Nunes

Introdução

[Imagem 1 - Alguns dos livros que Álvaro Machado Villela lia]

As bibliotecas particulares são frequentemente reflexos nítidos da personalidade dos seus detentores: dos seus gostos, das fases da vida, dos interesses mais profundos ou das paixões mais efémeras. Quando essas bibliotecas são objecto do olhar técnico e científico do bibliotecário ou do investigador acontece por vezes, que, para além de confirmarem os factos públicos e conhecidos da vida da figura que as constituiu, trazem à luz aspectos, características individuais e fases da vida que ficaram na sombra, conferindo maior densidade à pessoa, tornando mais rica e verdadeira a apreciação que os vindouros dela possam fazer.

É, aliás, esse o entender de autores como Alberto Navarro (Visconde da Trindade), reputado bibliófilo que escreveu sobre a organização de bibliotecas privadas, quando defende que «uma biblioteca privada é uma “presença”» (Navarro, 1971). Henrique Barreto Nunes, antigo director da Biblioteca Pública de Braga aplica esta tese ao estudo sobre a biblioteca particular do Comendador Nogueira da Silva, do qual, aliás, ressalva logo no título a particularidade de não ter sido um leitor dos livros que albergava na sua própria biblioteca: «Os livros que Nogueira da Silva nos deixou, mesmo que nunca, ou raramente lidos (...) ajudam-nos a esboçar o retrato inacabado de um homem com aspectos contraditórios que viveu intensamente o seu tempo e a sua circunstância» (Nunes, 2005).

Álvaro Villela, esse, era um leitor, e a análise da sua biblioteca traduz-se numa indiscutível presença. Doada pelos herdeiros ao município de Vila Verde em 1987¹, para

¹ Curiosamente, o mesmo ano da adesão do Município à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, no âmbito da qual foi estabelecido o contrato-programa que daria origem a uma nova Biblioteca Municipal, a que ainda hoje existe e transporta o nome de Machado Villela.

além de constituir um riquíssimo espólio bibliográfico das publicações mais importantes nos campos do Direito Internacional e do Direito Privado no período que vai do final do séc. XIX até meados do século XX, pelas obras literárias e sobre os mais variados assuntos que também integra, pelos sinais de leitura e sublinhados que perpassam em muitas delas, ela espelha e confirma o carácter de um homem que desenhou o seu percurso de acordo com princípios e convicções, com preocupações sociais marcadas, curiosidade e amor pelo estudo, mas de cuja vida privada pouco sabemos, pois desapareceu o seu espólio pessoal (sabe-se que foram vendidas, em Inglaterra, cartas de Salazar, por exemplo), subsistem poucos testemunhos documentais, aliás mais funcionais do que da vida privada (raras fotografias, algumas cartas preservadas no arquivo da Associação Jurídica de Braga) e já não estão connosco aqueles que com ele conviveram mais de perto.

A esta biblioteca faltam os documentos que terão sido doados à Universidade de Coimbra na sequência do regresso de Álvaro Villela do Egipto, quando decidiu reformar-se e deixar de leccionar, e que constituiriam uma segunda biblioteca, aquela que teria consigo no gabinete da Universidade ou na sua casa de Coimbra e que não considerou necessário transportar para Vila Verde. Depois de concluído o inventário, porém, não restam dúvidas de que da biblioteca doada a Vila Verde constam as monografias e os periódicos adquiridos ainda durante a vida académica e que o Professor ponderou serem importantes para a sua actividade profissional, pois são bastas as obras dos autores de referência nos campos, sobretudo, da sua área de eleição, o Direito Internacional Privado, e estão completas colecções de periódicos ou legislação iniciadas ainda no século XIX. Analisado o inventário cai, assim, por terra, a ideia disseminada oralmente de que a biblioteca mais importante seria a que foi deixada em Coimbra, da qual, aliás, não consta memória. Ao contrário, a biblioteca pessoal consolidada de Machado Villela é a que o acompanhava, à data da morte, na sua casa de Barbudo e foi posteriormente doada ao município de Vila Verde.

Álvaro Machado Villela (MV) não terá herdado livros de família, para além de uma trintena de obras eclesiásticas, pertença de seu irmão padre, José António Machado Villela, das quais consta algum Livro Antigo com valor patrimonial, embora não se trate de exemplares de especial raridade². MV não colocava nos livros qualquer marca de posse, nem os datava - alguns dos mais antigos ostentam uma assinatura, “AVilela”, mas poucos são. Pelo que nos foi dado observar nas marcas de aquisição, como selos das livrarias ou

² Estas obras, por não fazerem parte do espólio construído por Álvaro Villela, não constam do inventário que se apresenta como anexo do artigo; são, no entanto, pesquisáveis através do catálogo em linha da Biblioteca Municipal.

boletins bibliográficos, as obras da sua biblioteca foram adquiridas em livrarias das terras onde viveu ou encomendadas a distribuidoras internacionais, de acordo com os seus interesses e necessidades de informação, aprendizagem ou lazer. A biblioteca foi, claramente, sendo construída ao longo da vida, não por um bibliófilo, mas por um estudioso com interesses marcados, embora variados, resultando numa colecção de dimensão modesta mas de grande qualidade e que, para o estudo e a história do Direito Internacional Privado no final do séc. XIX e 1.º quartel do século XX, se configura como um acervo de referência, pontuado pelos mais importantes autores e as mais reconhecidas revistas nacionais e estrangeiras, com subscrições que, nalguns casos, abarcam dezenas de anos, toda uma vida. Para além da natureza especializada da maior parte das obras, a biblioteca particular de MV é de natureza quase enciclopédica, abarcando as Ciências Sociais e Humanas, a Filosofia, a Literatura, a Arte, a Saúde, entre outros temas.

Nas páginas que se seguem, a biblioteca particular e a relação que, com os livros, teve o Professor Machado Villela serão descritas e analisadas enquadradas nas principais fases da sua vida: o tempo de estudante de Coimbra, de 1889 a 1897, ano do doutoramento (séc. XIX); o tempo que lhe granjeou reconhecido prestígio nacional e internacional, como professor e investigador na mesma Universidade, entre 1898 e 1921; os 15 anos como Juiz nos Tribunais Mistos do Egipto (primeiro em Mansourah, depois em Alexandria, onde foi Presidente do Tribunal Comercial), entre 1922 e 1937³; e os últimos quase 20 anos de vida, em que, reformado e regressado a Vila Verde, ainda desempenhou, durante 11 anos (1938-1949), funções como Procurador à Câmara Corporativa, foi Provedor da Misericórdia de Vila Verde, da fundação, em 1943, até à morte e ainda, nos três últimos anos de vida, já passados os 80 anos, Presidente da renascida Associação Jurídica de Braga (1953-56).

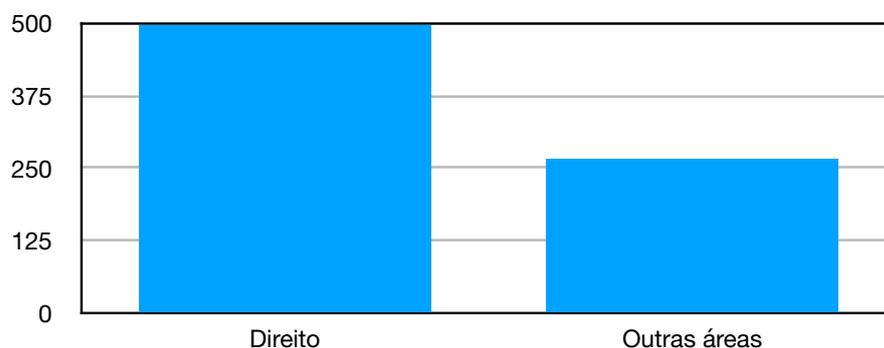
1. A Biblioteca

A biblioteca particular do Professor Machado Villela, organizada e acessível ao público em sala própria da Biblioteca Municipal de Vila Verde, de que é patrono, é constituída por 728 títulos de monografias⁴ e 38 títulos de revistas, correspondendo a

³ Note-se que, embora tendo regressado do Egipto em 1937, ano em que foi decidida a extinção progressiva dos Tribunais Mistos, Machado Villela continuou a deslocar-se periodicamente a Alexandria até 1940, mantendo o exercício das funções de juiz num período de transição, conforme atestam notícias publicadas no *Journal des Tribunaux Mixtes*.

⁴ Não se incluem nestes números as obras do próprio Machado Villela, que rondam os 50 títulos.

■ Gráfico 1 - Peso das áreas do conhecimento



cerca de 2100 volumes, incluindo os fascículos encadernados das revistas, algumas assinadas durante décadas, e os tomos das obras em vários volumes.

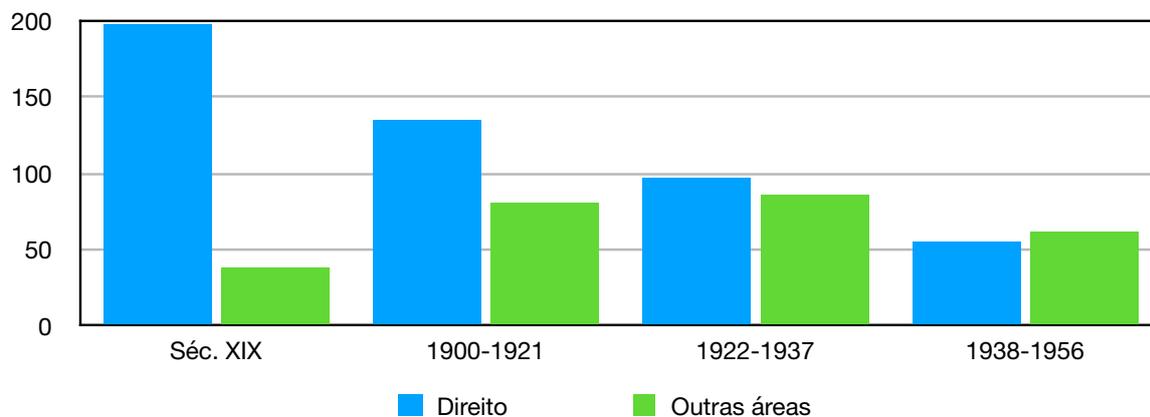
O acervo é constituído principalmente por obras do campo das Ciências Jurídicas (65%), cobrindo os restantes 35% assuntos heterogéneos, que vão da Sociologia, História, Política, Economia e Saúde à Literatura, Biografias, Arte e Religião, não descurando enciclopédias, dicionários de línguas e livros de viagens, como se pode ver no Gráfico n.º 1.

O período coberto pelas obras desta biblioteca, contando a data da edição adquirida, vai desde 1814 (de Manoel de Almeida Souza, o vol. 2 do *Tractado Pratico, e Critico de todo o Direito Emphyteutico conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das naçoens*, e o *Appendice Diplomatico-Historico ao Tratado Pratico do Direito Emphyteutico*) a 1956 (para além de vários números das revistas que assinava, neste ano adquiriu ainda, não sabemos se por compra ou oferta, o libelo de Sebastião Ribeiro⁵ *Os Fariseus*, uma edição de autor que não chegou a ler, deixando o livro por abrir. Há ainda três monografias da *Commission Internationale de Juristes*, datadas de 1957 e 1959, que certamente terão sido enviadas de Haia na ignorância da morte do destinatário. Como Machado Villela não tinha o hábito de assinar e datar os livros, não temos maneira de saber exactamente quando foram adquiridos. No entanto, pela natureza das obras, pelo tipo de sublinhados e sua relação com os interesses de estudo ou investigação e pessoais atribuíveis a cada época da vida, atendendo a variáveis como as matérias aprendidas e leccionadas, as publicações, os pareceres, as viagens, a intervenção social

⁵ Sebastião Ribeiro (1894-1979), nascido em Macedo de Cavaleiros, estudou em Coimbra, onde foi aluno de Machado Villela e colega de Salazar. Advogado de profissão, era socialista e republicano, e um activista da oposição democrática à ditadura, tendo chegado a ser preso. Que se mantenha uma relação, tantos anos depois, de amizade e respeito entre estas duas figuras de distintas opções políticas é mais uma prova do carácter aberto e justo de Machado Villela.

ou o domicílio, é possível inferir algumas conclusões que nos permitem calcular com pouca margem de erro o período em que os livros foram comprados: (1) não carregando consigo biblioteca própria de origem familiar, e como investigador, Villela adquiria sobretudo edições recentes e actualizadas das matérias que o ocupavam, chegando a comprar segundos exemplares, em nova edição, das mesmas obras; (2) ainda como investigador, adquiria obras de referência do Direito (colecções de legislação, tratados, etc.) nas edições disponíveis, provavelmente em alfarrabistas, e tê-lo-á feito no período inicial da sua vida profissional; (3) não sendo um bibliófilo, nem demonstrando espírito

Gráfico 2 - Obras por períodos da vida

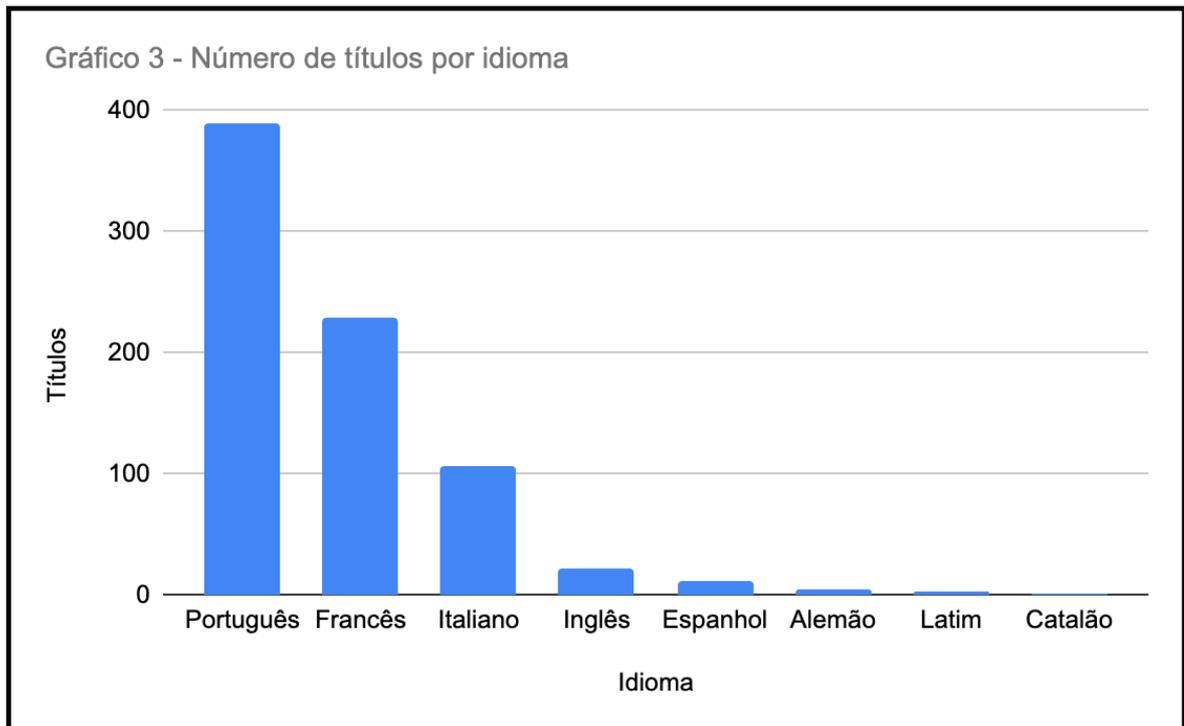


coleccionista, e como leitor interessado noutras matérias que não apenas a profissional, adquiria também as edições mais recentes disponíveis no mercado dos autores ou temas que lhe interessavam ou despertavam a curiosidade.

É assim que, com pouca margem de erro, e contando apenas as datas de edição, o Gráfico 2 reflecte a actividade aquisitiva de MV ao longo dos quatro períodos da vida que acima identificámos, do jovem estudante ao velho sábio.

Uma das características da biblioteca particular do Professor Machado Villela é a diversidade linguística. Verifica-se, pela língua das obras, não apenas jurídicas - de que não haveria muitas traduções disponíveis no mercado editorial da época -, mas de Literatura, Sociologia, etc, que lia com facilidade o Francês e o Italiano, idiomas de que há um grande número de títulos, inclusive revistas, científicas ou outras, mas também o Espanhol, o Latim, o Inglês e o Alemão; estes dois últimos idiomas aparecem em menor número e, por vezes, com o significado das palavras apontado a lápis, o que demonstra menor familiaridade, mas não ignorância. Por outro lado, o périplo europeu que em 1907 o levou a vários países Europeus para estudar as reformas do ensino do Direito parece estar directamente relacionado com a existência de diversos dicionários de línguas e

guias de viagens, com datas de edição muito próximas daquele ano. Não é, por isso, de espantar que 15 livros da biblioteca sejam dicionários, manuais de conversação e obras sobre língua e cultura Alemã, inglesa ou Francesa, por vezes com o Francês como idioma intermediário, o que nos faz crer esta seria a língua franca de MV. No caso do Direito Internacional, muitas publicações supra-nacionais, como as das Conferências de Haia, eram bilingues, simultaneamente em Francês e Inglês.



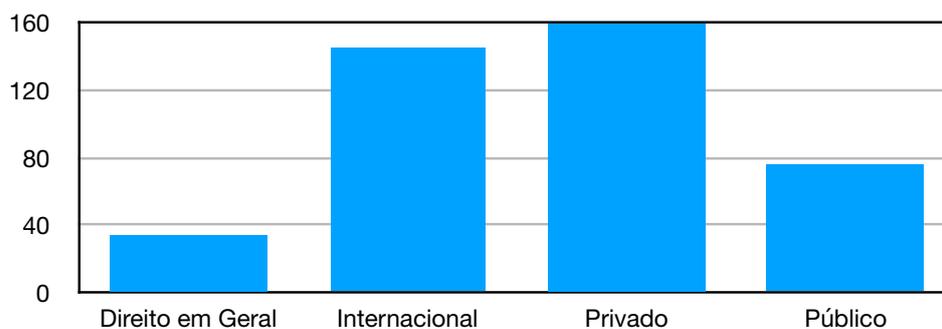
O gráfico 3 demonstra a diversidade e proporção comparada destes idiomas numa biblioteca onde representam quase 50% do total de obras. São considerados títulos de todas as áreas do conhecimento e, no caso das edições bilingues francês-inglês, contou-se o francês como língua correspondente, por ser, com toda a evidência, a segunda língua de Álvaro Villela e, por isso, a determinante na leitura. Várias obras originalmente publicadas noutros idiomas, mormente o Inglês e o Alemão, são aliás, adquiridas na tradução francesa. É curioso verificar como em terceiro lugar surge o Italiano, o que sugere alguma afinidade com autores deste país, cuja natureza uma posterior investigação poderá esclarecer; note-se ainda a ausência de dicionários ou gramáticas de Italiano no espólio, que denota um particular à vontade com o idioma, não tendo sido detectadas quaisquer marcas de dúvidas na significação de palavras, como acontece nas obras de línguas germânicas.

Uma nota para concluir a descrição geral desta biblioteca, dando conta de que parte substancial dos livros e revistas nela contidos chegaram até nós em bastante mau estado de conservação. São as obras não jurídicas as que se encontram em pior estado. Salvam-se as obras encadernadas, mormente os livros fundamentais e as revistas de Direito, ou seja, as obras mais consideradas pelo seu proprietário.

1.1. As obras de Direito

Não é surpreendente que as obras jurídicas dominem, a larga distância, os períodos que correspondem aos estudos de licenciatura e doutoramento (final do séc. XIX) e ao exercício profissional como docente e investigador (sensivelmente os primeiros 20 anos do séc. XX, recuando um pouco ao final do anterior, a 1898). Ao longo da vida, constituída

■ Gráfico 4 - Pesos das obras por áreas do Direito

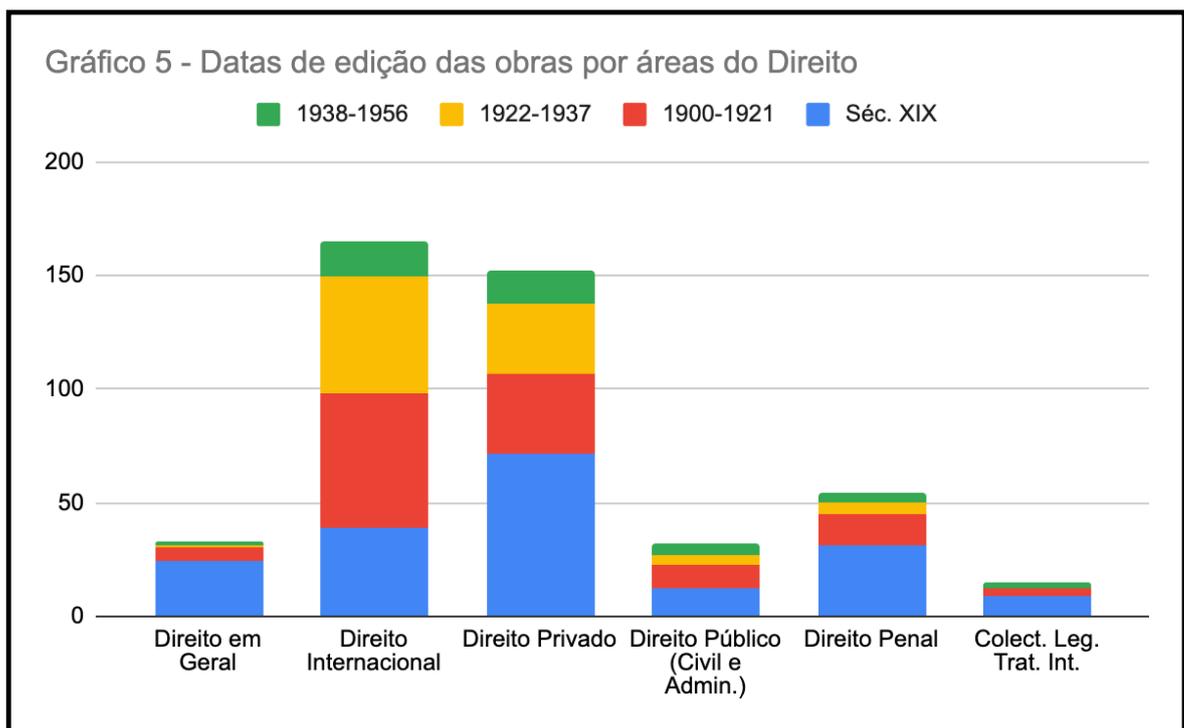


a biblioteca fundamental ao desenvolvimento dos trabalhos e estudos, o peso de outras áreas do conhecimento, nomeadamente da Sociologia e da Literatura, vai aumentando, até se tornar ligeiramente preponderante nos últimos 18 anos.

O gráfico 2 demonstra também que, e como referido acima, por um lado MV não era um acumulador, não comprava apenas por comprar, ou para engrossar as colecções e, por outro, como a leitura teria, para ele, sobretudo um valor utilitário: a maior parte da biblioteca é construída nos anos de aprendizagem e investigação e está relacionada com a matéria de estudo; o peso de outras áreas de interesse vai aumentando à medida que a necessidade de aquisição de obras profissionais diminui, permitindo-se o alargamento de horizontes e a ocupação dos tempos livres. Adiante, estas asserções serão confirmadas na identificação mais detalhada dos temas e autores lidos. Para já, veja-se o Gráfico 4, demonstrativo do peso das áreas do Direito que mais lhe interessavam:

Sendo especialista em Direito Internacional Privado, não espanta que a biblioteca reflecta o domínio do Direito Internacional, ou Comparado⁶, e do Direito Privado. No Direito Público, as obras de Direito Criminal (como se pode ver no gráfico 4) sobrepõem os 50%. Se, por outro lado, quisermos estabelecer uma correspondência entre as obras de Teoria, História e Filosofia do Direito, incluindo Direito Romano, cadeira que leccionou entre 1898 e 1902 (identificadas no gráfico como “Direito em Geral”) e as datas de edição, verificamos que remontam sobretudo do séc. XIX, nomeadamente das duas últimas décadas, correspondendo à tese acima defendida de que MV adquiria trabalhos actualizados e as edições mais recentes disponíveis no mercado livreiro das matérias que lhe interessavam, atribuindo aos livros um valor de aprendizagem e estudo, mais do que um valor bibliográfico de coleccionista. Machado Vilela era um leitor, não um coleccionador.

O gráfico 5 ilustra as datas de edição das obras da biblioteca no campo do Direito e a correspondência com as quatro épocas da vida definidas para este trabalho.



Verifica-se como o interesse pelo Direito Internacional se mantém em crescendo ao longo de toda a vida activa, seguido pelo Direito Privado - este, possivelmente adquirido mais nos anos de preparação, ao contrário dos outros ramos, que muito cedo perdem

⁶ Note-se que, no Inventário, quer na classe relativa ao Direito Privado, quer na relativa ao D. Público incluímos obras relativas a outros países, as quais, usando outro critério de classificação, poderiam incluir-se em Direito Internacional.

relevante. Analisando pelo lado da relevância científica, é natural que assim seja, e que a constante actualização de conhecimentos naquela matéria tenha sido essencial para o exercício da profissão, nomeadamente de juiz nos tribunais mistos do Egipto, bem como para a elaboração de pareceres sobre legislação de Direito Internacional, pedidos por Salazar em dossiês de natureza delicada, como a devolução dos bens dos alemães na sequência da II Guerra Mundial ou o estatuto dos Portugueses no Brasil (este último inicialmente publicado na *Revista Jurídica*, editada pela Associação Jurídica de Braga, e consultável em facsímile neste Boletim).

Relativamente às revistas científicas, destacam-se: (1) a *Revista de Legislação e Jurisprudência*, a cujo corpo redatorial pertenceu e que se conserva integralmente, desde o n.º 1 (1.º ano, 1868) ao n.º 3069 (88.º ano, 1956) - como a revista começou a ser publicada antes ainda do nascimento de MV, é provável que, ou tenha comprado os números anteriores ao início da subscrição em época por determinar, ou os tenha obtido por oferta na época em que foi redactor e nela publicou, aliás intensamente (o seu *Estudo sobre as convenções de Haya de direito internacional privado* começou por ser publicado aqui, entre 1909 e 1916, ao longo de 225 números); (2) o *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, de que conservou os volumes 5, 6 e 8, correspondentes aos anos de 1918 a 1921 e, depois, todos os números entre 1923 e 1956; (3) o *Boletim do Ministério da Justiça*, anteriormente *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, de que possui todos os números, desde o 1.º (1940) até ao último de 1956, mais um que terá continuado a ser enviado após a sua morte; (4) a *Gazeta da Relação de Lisboa*, entre o 22.º (1908-09) e o 33.º ano (1919-20); (5) a *Revue Critique de Droit International* e a *Revue de Droit International Privé*, sua antecessora, entre o vol. 13 do 8.º ano (1923) e o vol. 35 (1939); (6) a *Rivista di Diritto Internazionale*, do 1.º ano (1906) ao 18.º (1939), ou (7) a *Revue de Droit International Privé et de Droit Pénal International*, de que possui desde o 1.º (1905) ao 17.º ano (1921), para citar apenas aquelas que foram subscritas durante mais tempo. É natural que, dado o volume ocupado pelos exemplares das revistas e as, pelo menos, três moradas, uma delas a milhares de km de Portugal, as falhas detectadas nalgumas das colecções advenham das complicações do transporte de tantos volumes, podendo algumas delas ter ficado em Coimbra e outras até no longínquo Egipto (como, por exemplo, a *Gazette des Tribunaux Mixtes* ou o *Journal des Tribunaux Mixtes*, onde era por vezes mencionado e que certamente receberia) - o facto é que as que constam da biblioteca particular doada ao município de Vila Verde corresponderão àquelas que MV considerava mais importantes para consulta posterior e de que se não queria separar.

Quanto a livros de actas de congressos e conferências, a colecção é constituída quase exclusivamente pelas das Conferências de Haia (de 1893 a 1928) e por diversas conferências da Sociedade das Nações, realizadas entre 1920 e 1931.

[Imagem 2 - Capa das Resoluções da 1.^a sessão da Sociedade das Nações, realizada entre 15 de Novembro de 18 de Dezembro de 1922]

No que diz respeito aos autores, os mais representados são Despagnet⁷ (5 títulos, incluindo o famoso *Précis de Droit International Privé*, nas suas 2.^a e 4.^a ed., respectivamente de 1891 e 1904), Anzilotti⁸ (5 títulos, entre os quais o *Programma d'insegnamento del diritto internazionale privato*, de 1897, que poderá ter sido uma das fontes para a elaboração do programa da cadeira inaugurada por MV em Coimbra), Jitta⁹ (5 títulos, dos quais consta *La Méthode du Droit International Privé*, ainda hoje considerada uma das obras fundadoras da matéria), Cavaglieri¹⁰ (5 títulos, incluindo as *Lezionate di diritto internazionale privato*, de 1938) e Bianchi¹¹ (4 obras, das quais constam vários volumes do *Corso di Codice Civile Italiano*, que coordenou com Fagella e Ferdinando Biancchi e foi publicado e sucessivamente reeditado entre 1888 e 1922). Naturalmente que também estão representados, embora com menor número de obras,

⁷ Franz Despagnet (1857-1906) foi professor de Direito Internacional Público na Universidade de Bordéus, França e é um dos autores de referência do Direito Internacional dos finais do séc. XIX.

⁸ Dionisio Anzilotti (1867-1950), académico e jurista Italiano, foi Secretário-Geral da Sociedade das Nações e Presidente do Tribunal permanente de Justiça Internacional.

⁹ Josephus Daniel Jitta (1854-1925) foi um jurista holandês, professor universitário especialista em Direito Internacional Privado e defensor da criação de uma comunidade das nações europeias; foi um combatente pela paz mundial e pelo entendimento entre os povos.

¹⁰ Arrigo Cavaglieri (1880-1935), jurista italiano e professor universitário, foi autor de algumas das mais importantes obras do Direito Internacional Privado do início do século XX.

¹¹ Francesco Saverio Bianchi foi um advogado Italiano especialista em Direito Civil, e publicou entre 1888 e 1901. Desconhecemos as datas de nascimento e morte, não disponíveis nas bases de dados de autoridade Italianas e Europeias.

outros nomes grandes do Direito Internacional, como Pillet¹², Weiss¹³, La Pradelle¹⁴, ou Niboyet¹⁵. Da preponderância de autores Franceses e Italianos pode inferir-se uma inclinação de MV para os preceitos teóricos defendidos por juristas destas nacionalidades, que certamente se reflectirão na sua obra e nos princípios em que fundamentou a criação do campo do Direito Internacional em Portugal.

As obras de autores de língua portuguesa constantes da biblioteca terão, sobretudo, tido sobretudo origem em ofertas, sendo vários dos autores, como se deduz das dedicatórias, amigos de Álvaro Villela. Destacam-se o colega e amigo Marnoco e Sousa¹⁶, com 13 obras, seis das quais com dedicatória autógrafa e o jurista brasileiro Haroldo Valladão¹⁷ (que mais tarde o homenagearia na Associação Jurídica de Braga), com cinco obras, três das quais também oferecidas e com dedicatória autógrafa.

1.2. Outras áreas do conhecimento

Cingimo-nos, até agora, ao campo do Direito. Os interesses de Machado Villela não se limitavam, porém, como vimos, às temáticas específicas da sua área de investigação e trabalho. Curioso, estudioso, interessado nas artes, na literatura, na religião e noutras

¹² Antoine Pillet (1857-1926), jurista, professor nas Universidades de Paris e Louvain e na Academia de Haia, é considerado um dos fundadores do Direito Internacional Privado mas, nas palavras de um dos seus mais destacados discípulos, La Pradelle, seria um “internacionalista completo”, tão conhecedor do Direito Internacional Público como do Privado. Crítico e pessimista quanto aos resultados das Conferências da Paz de Haia (1899 e 1907) tal como, mais tarde, em 1920, da Sociedade das Nações, apresenta uma visão independente sobre o Direito Internacional, afastando-se da tradição francesa (ver artigo sobre Pillet no sítio Web da Société Française pour le Droit International).

¹³ André Weiss (1858-1928), académico Alsaciano que opta pela nacionalidade Francesa, herdou de Lainé a cadeira de Direito internacional Público e Privado na Universidade de Paris, onde chegara em 1891 para leccionar Direito Administrativo. Representante de França no Tribunal de Arbitragem Permanente de Haia e juiz e Vice-Presidente do Tribunal Internacional Permanente de Justiça Internacional, é considerado a figura emblemática da renovação do Direito Internacional Privado em França.

¹⁴ Albert de Geouffre de La Pradelle (1871-1955), jurista e académico Francês, especialista em Direito Internacional Público, fundou e dirigiu diversas revistas que MV assinava, como a *Revue Générale de Droit International Public* e a *Revue de Droit International*. Foi o relator do ante-projecto dos estatutos do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, apresentado à Comissão de Juristas de Haia em 1920.

¹⁵ Jean-Paulin Niboyet (1866-1952), jurista e professor universitário francês, autor de obras de referência do Direito Internacional, seguidor de Pillet, Lapradelle e Lainé, seus professores na Universidade de Paris.

¹⁶ José Ferreira Marnoco e Sousa (1869-1916), colega de curso e de docência de Machado Villela, de quem foi amigo, regeu, na Universidade de Coimbra, as cadeiras de Direito Eclesiástico Comum, de Direito Público e de Economia Política. Da escola Positivista, da sua obra dizia MV, que com ele partilhava o interesse pela Sociologia, exprimir os “moldes da escola histórica coordenada com as teorias sociológicas e da psicologia colectiva”. Nos últimos anos da monarquia, foi Presidente da Câmara de Coimbra e Ministro da Marinha e do Ultramar. Foi ainda director da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e da sua Biblioteca Geral, tendo publicado vasta obra, apesar da sua curta vida.

¹⁷ Haroldo Valladão (1901-1987) foi um jurista e académico brasileiro, especialista em Direito Internacional, que se terá tornado amigo de Machado Villela, a quem considerava “Mestre”, durante os anos 30 do séc. XX. Desempenhou, entre outras funções, as de Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Haroldo Valladão foi um seguidor das teses de MV sobre alguns aspectos do Direito Internacional, e um grande divulgador das suas ideias no Brasil.

ciências, adquiriu ao longo da vida livros e revistas com que ocupava os seus tempos livres, com que se cultivava, ou com que se informava e complementava a sua formação em áreas importantes para o labor científico, como a Sociologia ou a Economia.

Atendendo à diversidade das matérias, organizou-se o inventário em grandes áreas, abrindo excepção para alguns interesses específicos, de que nos ocuparemos adiante. Olhando para as assinaturas de periódicos, essa diversidade de matérias torna-se patente: há assinaturas de revistas religiosas, como, nos anos da juventude, o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, a *Scientia Catolica* e o *Boletim da Associação de Orações e Boas Obras pela Conversão dos Pretos*, ou, já no final da vida, o *Boletim da Sociedade de S. Vicente de Paulo*, mas também números avulsos da *Science Sociale*, e as revistas literárias *Portucale* e *La Pajarita de Papel*, assinadas ao longo de vários anos, tal como o semanário generalista Francês *L'illustration* e o seu suplemento literário, *La Petite Illustration*.

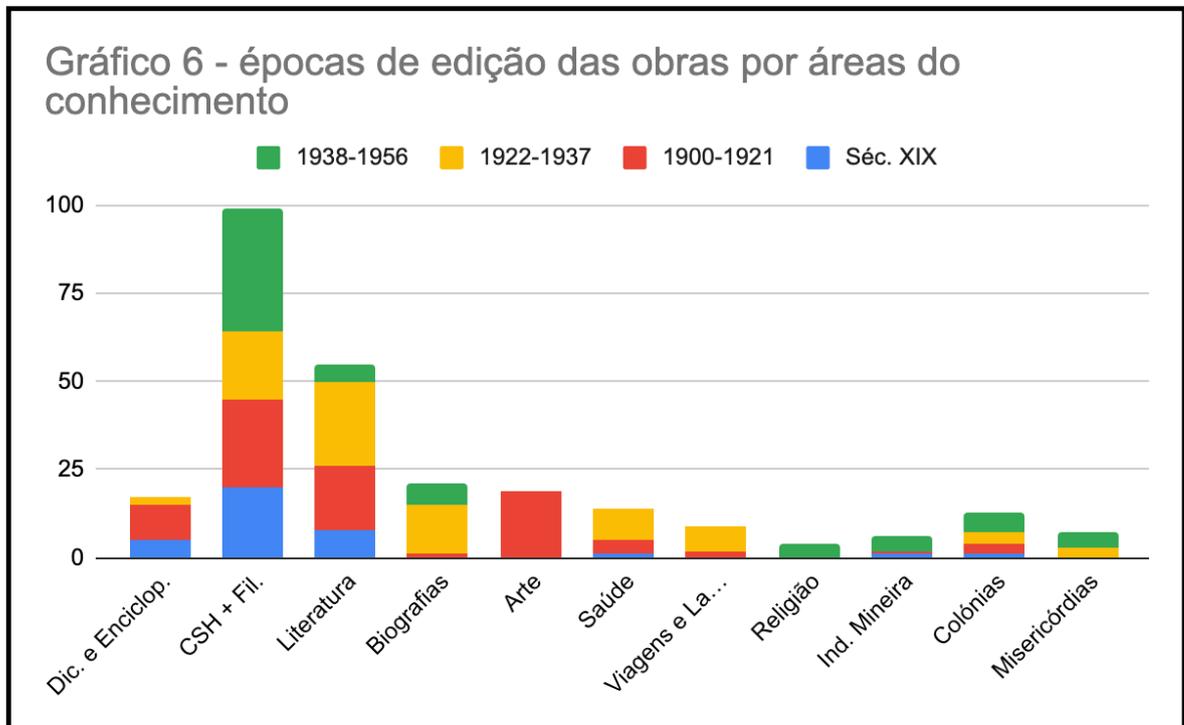
[Imagem 3 - Capa do n.º 21-22 (Maio-Ago. 1949) da revista de cultura "Portucale", que AMV assinou entre 1937 e 1950]

Numa outra tipologia de documentos, as obras de referência, encontram-se vários volumes da *Encyclopédie Française* dirigida por Monzie e Febvre, o *Dicionário Histórico e Corográfico de Portugal* editado em fascículos pela Romano Torres entre 1904 e 1915 e, também com a chancela da Romano Torres, um dicionário de higiene e medicina destinado ao grande público.

É interessante o que a biblioteca nos diz sobre o seu interesse por política. Álvaro Vilela foi amigo de Salazar, seu antigo aluno e colega na Universidade de Coimbra. No exercício do poder político o ditador demonstrava grande confiança no jurista, nomeando-o procurador à Câmara Corporativa e solicitando-lhe pareceres sobre temas complexos, como a devolução dos bens dos alemães, na sequência da II Guerra Mundial, ou o estatuto dos Portugueses no Brasil; anos antes, durante a 1.ª República, Afonso Costa, colega de curso, também nele confiara, nomeando-o Juiz dos Tribunais Mistos do Egipto. Apesar desta relação de proximidade com o poder, e apesar de ter sido deputado às cortes pelo Partido Regenerador e procurador à Câmara Corporativa durante cerca de dez anos, MV não deixa entre os livros que conservou o reflexo de um grande interesse pelo exercício da política, de que possui sobretudo obras oferecidas pelos autores, tendo até guardado, sem os abrir, alguns livros do próprio Salazar.

Quanto às monografias propriamente ditas, dada a variedade de interesses face a um número de obras que não chega às 300, optou-se por criar uma grande classe agrupando as Ciências Sociais e Humanas mas, constatando-se a existência de algumas

áreas de interesse específicas, como as Colónias e a administração colonial, as Misericórdias e a assistência social e a indústria mineira, com obras enquadráveis em distintas áreas do conhecimento, criaram-se *clusters* próprios que as individualizam.



O gráfico 6 mostra as datas de edição destas obras por classe ou género, que, como vimos, corresponderão sensivelmente às épocas da vida em que foram adquiridas, com algumas excepções apenas, facilmente identificáveis. Vê-se como a literatura, como as biografias, são géneros adquiridos principalmente durante aquele que podemos designar como o período Egípcio da sua vida, o que talvez signifique menos amizades próximas, menos convívio e mais tempo livre, que ocuparia com a fruição literária, embora, como veremos, tendo quase sempre em mente a aprendizagem.

1.3. As dedicatórias

A descrição global da biblioteca de MV não fica completa sem uma menção às dedicatórias: em 602 monografias¹⁸, 84 têm dedicatória dos autores, amigos, colegas, antigos alunos e admiradores de Álvaro Villela, mas também da Editora França & Arménio, de Coimbra, cuja edição do Código Civil Brasileiro, de 1916, foi por ele revista e

¹⁸ Excluíram-se, naturalmente, desta contabilidade os periódicos, colectâneas de legislação, obras institucionais e de referência (dicionários e enciclopédias).

prefaciada. Dasquelas, 53 são na área do Direito e 31 noutros campos científicos e literários. Dez são de colegas e amigos estrangeiros, quase todos da área do Direito Internacional: os brasileiros Manuel Álvaro de Souza Vianna (1860-1923), catedrático da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, com relações estreitas com Portugal, nomeadamente sendo sócio da ordem dos Advogados de Lisboa, Clovis Bevilacqua (1859-1944), conhecido jurista e historiador, autor do Código Civil Brasileiro de 1916 e, tal como MV e Marnoco e Sousa, um defensor do Positivismo, José Maria Mac-Dowell¹⁹ e Haroldo Valladão, já citado, que lhe oferece três livros, datados de entre 1930 e 1940, que foi um dos grandes divulgadores da sua obra no Brasil, onde se tornou influente, e que se tornaria seu amigo pessoal; o belga Eugène Vroonen, seu colega nos Tribunais Mistos de Mansourah e Alexandria; o italiano Giulio Cesare Buzzati (1862-1920), jurista e professor universitário que, como MV, se interessou pelo estudo das Convenções de Haia de Direito Internacional Privado e de cujo *Tratatto di Diritto Internazionale Privato secondo le Conventione Della'Aja* o biografado possuía, pelo menos, o 1.º volume; E. Rouard de Card (1853-1934), professor de Direito Civil na Universidade de Toulouse e que MV poderá eventualmente ter conhecido durante o seu périplo europeu, estudando as reformas em curso das Faculdades de Direito; e Emilio Costa (1866-1926), jurista, historiador e filólogo Italiano, que lhe oferece a sua *Storia del Diritto Romano Privato* (2.ª ed. de 1908).

Também Paul Dubois (1848-1918), importante psiquiatra Suiço, pioneiro da psicoterapia, lhe oferece, em 1912, durante uma visita que terá feito à Universidade de Coimbra, um exemplar de *Raison et Sentiment*, com claras mostras de amizade: “Au Docteur Álvaro Villela, petit souvenir d’une grande et inaltérable affection”.

E, pela mesma época, o embaixador da Venezuela em Portugal, Simón Planas-Suárez, oferece-lhe o seu *Notas históricas e diplomáticas: Portugal e a independência Americana* (1918), com mostras de afecto e admiração.

[Imagem 4 - Dedicatória do psiquiatra Suiço Paul Dubois a Machado Vilela, no seu livro “Raison et Sentiment”, de 1910]

Imagem 5 - Dedicatória do embaixador Venezuelano Simón Planas-Suárez, no seu livro *Notas históricas e diplomáticas: Portugal e a independência Americana* (1918)]

¹⁹ Sobre José Maria Mac Dowell apenas conseguimos saber que era jurista e amigo de Rui Barbosa (1849-1923), famoso jurista e diplomata brasileiro.

Dos portugueses, destacam-se o colega e amigo Marnoco e Sousa²⁰, que apõe dedicatórias em seis obras, como vimos, e o antigo aluno Cardeal Cerejeira (1888-1977), que as escreve em dois dos quatro livros conservados na biblioteca, em período anterior ao exercício das altas funções eclesiásticas; mas também Fesas Vital (1888-1953), monárquico, Reitor da Universidade de Coimbra nomeado no ano seguinte ao golpe de Estado de 1926, colega e amigo de quem recebe dois livros; Magalhães Collaço (1893-1931), aluno e mais tarde amigo e colega que, com Salazar, Fesas Vital e Carneiro Pacheco foi um dos professores despedidos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1919, num processo de perseguição a docentes suspeitos de simpatias monárquicas e germanófilas e acusados de “ofensas à República”, no contexto do pós I Grande Guerra e da *Monarquia do Norte* de Paiva Couceiro²¹. De Salazar guardou apenas uma obra dedicada, *O Ágio de Ouro*, correspondente à dissertação de concurso para assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: “Ao Ex.mo Senhor Doutor Machado Villela, com a maior consideração e respeito, homenagem do / Autor”.

[Imagem 6 - Dedicatória de Salazar ao Prof. Machado Villela, no seu livro “O Ágio do Ouro” (1916)]

Em geral, as dedicatórias professam respeito e admiração, algumas estima pelo Professor, mas quase sempre com alguma distância reverencial.

Curioso é reparar que MV guardou estas obras, que lhe foram oferecidas, mas pouco as leu: muitas permanecem por abrir, ou apresentam umas poucas páginas abertas. Álvaro Villela só lia o que lhe interessava e, se conservava as obras ofertadas, seria por afecto e respeito pelos autores, não porque a amizade ou a admiração o conduzissem à leitura.

2. Como lia Machado Villela

Já vimos que a relação de MV com os livros não era a de um bibliógrafo ou coleccionista, mas a do puro leitor. Os elementos recolhidos da análise da sua biblioteca mostram que apenas lia o que lhe despertava a curiosidade ou se revestia de interesse

²⁰ De Marnoco e Sousa conservam-se na biblioteca algumas obras com a sua assinatura de proprietário, em número suficiente para podermos inferir que as terá herdado do amigo, morto precocemente.

²¹ Para uma história deste conflito, ver Carvalho, Paulo Archer de (2011). A exclusão universitária: sobre o caso Sílvio Lima, 1935. *Biblos*, n. s. IX (2011), pp. 125-193.

profissional ou, ainda, o que se relacionava com as suas preocupações sociais. Também lia por lazer mas, como vimos pela distribuição dos livros por áreas do conhecimento, não era essa a sua motivação dominante e preferia o ensaio à ficção, numa nítida propensão para o estudo. Quando se reformou levou consigo para a casa de Barbudo, em Vila Verde, os livros de que mais gostava, ou que considerava que lhe poderiam continuar a ser úteis, as obras de referência e as colecções das revistas, séries e actas de congressos a que estava mais ligado ou a que reconhecia maior valor científico. Das leituras juvenis, por exemplo, conserva apenas um livro, em francês: *10,000 ans dans un bloc de glace*, obra de ficção científica de Louis Bousсенard, na edição original de 1890, que não sabemos como lhe terá chegado às mãos.

Com excepção, ainda assim rara, dos anos de juventude, não assinava os livros nem lhes colocava qualquer marca de posse. Os sinais de propriedade nas obras da sua biblioteca são os sinais do leitor: as anotações, as páginas dobradas, os sublinhados. Quase sempre a lápis, os sublinhados são, para quem analisa as marcas nos livros, demonstrativos de vários tipos de apreciação - entusiasmada, concordante, aprendente - e, em muitos casos, facilmente se ligam aos seus interesses do momento, no campo do trabalho e do estudo, mas também às suas convicções pessoais, à sua particular visão do mundo.

2.1. As leituras jurídicas

No campo do Direito, são muitos os livros e artigos sublinhados. Nas actas das Conferências de Haia, por exemplo, dobra páginas, assinala e comenta, por vezes rasurando, as menções, nos relatórios nacionais, às condições de fundo sobre direito da família e à importância da lei pessoal do marido na validação de um casamento, aos direitos dos filhos ilegítimos, aos temas de domicílio e nacionalidade, ao consentimento e impedimento nos casamentos, às questões das sucessões, doações e testamentos, ao casamento civil em Portugal e também ao divórcio em diversos países - ou, ainda, à possibilidade de citação de indivíduos que se encontrem no estrangeiro, tema de particular actualidade. Pelas marcas de leitura infere-se que, ao longo de muitos anos, as actas destas conferências foram para Álvaro Villela um importante instrumento de trabalho.

[Imagem 7 - Página de rosto das Convenções de Haia (1915): “The Hague Conventions and Declarations of 1899 and 1907”]

Muitas obras dos fundadores do Direito Internacional enquanto campo científico apresentam-se amplamente sublinhadas. A título de exemplo, destaquemos: (1) Dreyfus, numa tese de 1904 sobre conflito de leis, tema de que se ocupará especialmente, em 1915-16, em *Conflitos entre as leis portuguesas e as leis brasileiras em matéria de nacionalidade*, publicado no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ou no Parecer de 1942 sobre *A lei aplicável, num caso de conflito internacional de leis sobre investigação da paternidade ilegítima* (Lisboa, edição dos recorrentes); (2) Lapradelle e Niboyet, sobretudo o vol. 4 do *Répertoire de Droit International*, publicado entre 1929 e 1934, sobre os Tratados de Paz e as condições dos bens dos inimigos, em especial as que se referem à Alemanha no pós I Guerra Mundial - mais um tema sobre o qual se debruçará em profundidade quando Salazar lhe encomendar o parecer sobre a devolução do bens dos Alemães após 1945 (publicado postumamente, em 1957, na Revista *Scientia Iuridica*, da Associação Jurídica de Braga; (3) de novo Niboyet, cujo *Traité de Droit International Privé Français*, publicado entre 1938 e 1950, despertou especial interesse nos sempiternos temas da nacionalidade, condição dos estrangeiros e territorialidade; (4) ou Lyon-Caen e Renault, na 5.^a edição do *Traité de Droit Commercial*, publicada entre 1908 e 1921, muito sublinhada e com páginas dobradas nos vários volumes.

A relação entre os interesses académicos e profissionais de Álvaro Villela e as marcas de leitura é patente noutras obras. No caso dos seguros de vida, por exemplo, tema da sua tese de doutoramento, destacam-se, na biblioteca, as obras de Chaufton (*Les Assurances*, publicada em 2 volumes entre 1884 e 1886) e Wells-Mantou, *Assurances sur la vie*, de 1893, na qual é particularmente assinalada a discussão sobre o segredo médico. De entre os vários Códigos Civis anotados, portugueses e estrangeiros, é de notar a preferência pelo trabalho de José Ferreira Dias, quatro volumes publicados entre 1894 e 1898, em 2.^a edição, amplamente sublinhados.

Não falta na biblioteca, com muitas frases e parágrafos assinalados, lida e estudada ainda nos anos finais da formação, a conferência, com grande impacto internacional, de Rodolfo Von Ihering (1883-1939), *A luta pelo Direito*, publicada em livro em 1875. É este um dos poucos livros com marca de posse, contendo a assinatura autógrafa de MV e a data, na capa: "Álvaro Villela // 30/11/95".

[Imagem 8 - Página sublinhada da obra "La lotta per il Diritto", de Rodolfo Von Ihering (1875).]

Outras obras denotam as suas preferências e até inclinações ideológicas. Em 1951 participou, com uma comunicação (A execução das sentenças estrangeiras, publicado pela Livraria Pax em 1952), no *Congreso Hispano-Luso de Derecho Internacional*, realizado em Madrid, cujas actas conserva e onde possivelmente travou conhecimento pessoal com juristas latino-americanos; no ano seguinte, recebe, por oferta do autor, a obra *Principios de derecho internacional justicialista*, sobre as projecções internacionais da “terceira posição” argentina, do peronista Carlos Berraz Montyn (um dos autores da Constituição da Argentina de 1949): neste livro sublinha, na Introdução, uma reflexão sobre a imoralidade como “la peste del siglo XX” e, na 4.^a parte, a exposição sobre a “terceira posição”, o ideal justicialista e a defesa de uma confederação latino-americana. A relação próxima com autores da América Latina, de qualquer modo, viria já de longe: atestam-no dedicatórias várias, de que destacamos a do embaixador da Venezuela em Portugal, na década de 1920, Simón Planas-Suárez, num livro de sua autoria sobre Portugal e a independência americana, datado de 1926 e que MV efectivamente leu (embora sem sublinhados, as páginas estão todas abertas e com marcas de dobras significativas de interrupções de leitura). Planas-Suárez foi uma das figuras relevantes do liberalismo Venezuelano. Também com Haroldo Valladão, seu grande divulgador no Brasil, já referido, estabelece uma relação próxima desde o final dos anos de 1920, atestada pelos diversos livros oferecidos, tal como com outros colegas brasileiros, que desde cedo se fundamentam nas suas teses para o desenvolvimento do campo do Direito Internacional no Brasil.

Pode estranhar-se quando se encontra Charles Ripert, um autor com posições ideológicas que evoluíram de um catolicismo conservador para se tornarem próximas do nazismo, tendo sido membro do governo de Vichy, presente na biblioteca de Álvaro Villela. Acontece que Ripert era um jurista reputado, organizador, com Planiol, do *Traité Pratique de Droit Civil Français*, publicado entre 1925 e 1932, de que Villela adquiriu vários volumes. Dele possui mais duas obras em nome individual, todas escritas antes da II Grande Guerra e da viragem ideológica; Ripert desperta o interesse particular de MV no livro *La Règle Morale dans les Obligations Civiles*, de 1926, muito sublinhado. Note-se que, antes da ocupação da França pela Alemanha em 1940, as convicções profundamente católicas de Ripert o haviam levado a exortar os estudantes da Faculdade de Direito de Paris, de que era Director, a acolherem fraternalmente as vítimas do antisemitismo nazi, e são desta época as leituras que MV faz deste autor.

2.2. Outras leituras: temas e preferências

A preocupação com a Moral, o seu papel no Direito e na sociedade denota-se nas marcas de leitura apostas em obras de diversos géneros. No livro de Vilfredo Pareto, *Le mythe vertuïste et la littérature immorale*, de 1911, que leu até ao meio do capítulo 2, vários sublinhados comprovam esta asserção: na página 30 destaca a afirmação de que o Estado não tem que impor uma doutrina religiosa ou política, mas sim uma moral; na página 32 assinala uma reflexão sobre a relatividade da moral, aliás muito actual, segundo a qual o pudor moderno é ofendido por objectos que eram de uso quotidiano e familiar, por exemplo, em Pompeia, de tal maneira que “seria hoje impossível conviver com Príapos no jardim”, ornamento, porém, comum na Roma Antiga. Pareto foi um político Italiano, inicialmente defensor da democracia, que se tornou próximo de Mussolini e das teses fascistas, às quais aconselhava, porém, uma posição mais liberal.

É curioso denotar que toda a literatura de ficção estrangeira, a que se podem somar parte das biografias desta biblioteca está, ou nas línguas originais, ou nas respectivas traduções em Francês. Olhando para as datas de edição, mas também, nalguns casos, para os selos identificativos da livraria de origem (quase sempre “La Cité du Livre”, uma livraria de Alexandria), verifica-se que foram sobretudo adquiridos durante a estada no Egipto, onde seriam talvez mais longas as horas de ócio e a solidão.

Já da literatura portuguesa, onde constam Eça e Camilo, embora não nas suas obras mais emblemáticas, se pode dizer que, ou foi adquirida principalmente nos anos de juventude, ou foi oferecida pelos autores. A maior parte dos livros oferecidos não foi sequer aberta, mas os autores de referência foram lidos, com certeza que ao tempo da aquisição, ou seja, principalmente nos verdes anos.

Os gostos e as práticas de leitura de Álvaro Villela podem ser aferidos a partir destas pequenas colecções. Alguns livros têm páginas por abrir, tendo sido abandonados a meio, ou logo no princípio, ou até lidos apenas capítulos escolhidos. Aqueles que despertaram mais interesse apresentam sublinhados ou destaques. Da literatura portuguesa, as *Notas contemporâneas*, de Eça de Queirós, numa edição de 1909, tal como a *Correspondência de Fradique Mendes* (2.^a edição, de 1902) ou o *Conde de Abranhos*, este adquirido já quando estava no Egipto, pois a edição é de 1926, foram todos lidos e apresentam marcas de páginas dobradas. Terá MV possuído mais obras de Eça? É provável, pois a confirmação do seu apreço pelo grande romancista aparece numa biografia escrita por Alberto d’Oliveira, *Eça de Queiroz: páginas de memórias*, publicada em 1919: o exemplar da biblioteca apresenta dedicatória do autor e foi integralmente lido.

[Imagem 9 - Exemplar de “A Corja”, de Camilo Castelo Branco, um dos autores mais lidos por Machado Vilela]

De Camilo Castelo Branco constam quatro obras, todas lidas e, com excepção de uma, em edições datadas de entre o final do séc. XIX e os primórdios do século XX: *Um homem de brios*, na 4.^a edição, de 1896, *História e sentimentalismo* e *A Corja*, ambos em edição de 1903, *Memórias do cárcere*, 5.^a edição, de 1906 e, finalmente, de 1922, possivelmente adquirido aquando da partida para o Egipto, o 1.^o volume, em 4.^a edição, da correspondência com Vieira de Castro. Sobre Camilo, adquiriu MV ainda, em 1925, talvez durante uma das suas vindas de férias a Portugal, *Camillo e Antonio Ayres*, de Ricardo Jorge. Tal como com Eça, podemos imaginar que teria havido mais livros de Camilo na biblioteca de MV e que, contrariando a famosa divisão entre queirosianos e camilianos, este gostava dos dois, talvez, e sobretudo, em ambos, das obras com carácter menos romanesco.

De autores de referência da literatura portuguesa, pouco mais consta: os *Contos* de Fialho de Almeida, na 3.^a edição de 1914, lido; de Júlio Brandão, a *Galeria das sombras*, numa edição sem data, provavelmente de 1935, da Civilização; de Francisco Rodrigues Lobo adquiriu as *Pastorais e Éclogas*, em edição de 1942 de que leu o ensaio histórico-crítico que antecede a obra e alguns poemas avulso, no início e a meio do livro. Nessa década de 40 também se interessou por Aquilino Ribeiro, de quem consta uma única obra na biblioteca: *Aldeia: terra gente e bichos*, de 1942, lido.

Na Biblioteca há também poesia, embora não pareça ter sido um género da sua especial preferência: António Cid oferece-lhe o livro *A beleza e a vida: poema mythico em quatro jornadas*, de 1914, que dedica a D’Annunzio, possivelmente um autor que tinham em comum. De António Correia de Oliveira (1879-1960) que, nos anos 30, se consagra como o poeta oficial do Salazarismo, e que viveu no Minho, em Esposende, a partir de 1912, *Cartas em verso* (1930). De Eugénio de Castro, *Companhia de Medronhos: impressões e recordações de Espanha*, de 1923, obra com claros sinais de ter sido lida. De uma jovem poeta de boas famílias portuenses, eventualmente relações de amizade, de MV, na sua estreia como autora, Marta de Mesquita da Câmara, *Triste*, de 1923, com dedicatória: “(...) permita-me V.^a Ex.^a que lhe ofereça o meu livro, com muita estima e consideração”. De Francisco Rodrigues Lobo, o já citado *Pastorais e Éclogas*. Em Alexandria terá adquirido, de Jules Romains, *Homme Blanc* (1937), sem marcas de leitura, e uma obra de Jean Royère sobre Baudelaire: *Poèmes d’amour de Baudelaire, génie mystique* (1927), que leu selectivamente: o prefácio, uma parte do capítulo 3,

intitulado *La mystique de l'amour*, uma parte do capítulo 7, *Vérification par l'analyse* e, finalmente, alguns dos poemas antologiadados na obra. De Dante possuía *La divina comedia*, em edição italiana comentada de 1907, de que leu apenas *O Inferno*. A todos estes preferiu um clássico latino: as *Odes et Épodes* de Horácio, adquiridas na Cité du Livre numa edição de 1927, em texto bilingue Latim-Francês, foram lidas e sublinhadas.

[Imagem 10 - Dedicatória de António Cid, no seu livro de poemas "A beleza e a vida" de 1914

Imagem 11 - Dedicatória do monárquico Bracarense Luís de Almeida Braga, no seu livro de viagens "Pão Alheio", de 1916

Imagem 12 - Dedicatória da jovem poetisa Portuense Marta de Mesquita Câmara, no seu primeiro livro, "Triste", de 1923]

No teatro encontramos Shakespeare (O Rei Lear, em edição francesa de 1843, e *The Merchant of Venice*, em edição inglesa de 1912), Schiller, com *Guillaume Tell*, numa tradução francesa de 1898 e Valéry, cujo *Eupalinos ou L'architecte* precedé de l'ame et la danse, de 1924, tem marcas de efectiva leitura. Evocando o teatro português, apenas, do Visconde de Ouguella, uma obra sobre Gil Vicente, publicada pela Ferin em 1890.

2.2.1. Leituras no Egipto

[Imagem 13 - A Rua Fouad, em Alexandria (década de 1920), onde se situava a livraria "La Cité du Livre", de que Machado Vilela seria assíduo frequentador]

A literatura estrangeira terá sido quase toda adquirida durante o período em que foi juiz nos Tribunais Mistos do Egipto, muito provavelmente na Livraria *La Cité du Livre*, de Alexandria. Situada na Rua Fouad, considerada a mais antiga do mundo, a *Cité du Livre* era propriedade de M. Nessim Moustaki, pai do conhecido cantor francês de origem grega Georges Moustaki, que havia emigrado para Alexandria por volta dos anos 20 do século passado. *La Cité du Livre* foi uma das mais prestigiadas livrarias de todo o Médio Oriente e "um pilar da francofonia" no Egipto (Chalom, 2012). Vários livros adquiridos entre 1922 e 1937 por Álvaro Villela ostentam o selo desta livraria, que certamente seria um centro da vida intelectual dos estrangeiros da cosmopolita Alexandria daquela época.

E que livros adquire MV em Alexandria? Sobretudo biografias e literatura francesa. As biografias: Voltaire, Nietzsche, Goethe, Napoleão, mas também Don Juan, Buda,

Jesus Cristo, El Cid e miscelâneas de memórias, todos comprados ainda durante a década de 1920 e todos em língua e de autores franceses. Alguns conservam as folhas por abrir. Dos lidos: o *Essai sur Voltaire*, de André Bellessort, até ao capítulo 4; *La vie de Frédéric Nietzsche*, de Daniel Halévy, que lhe terá agradado, pois está repleto de sublinhados; *Napoléon*, de Emil Ludwig, abandonado no capítulo 18 e, do mesmo autor, *Le fils de l'Homme*, sobre a vida de Cristo, lido até cerca da página 150; *Goethe: sa vie, son oeuvre*, de Philipp Witkop.

Da biografia de Nietzsche sublinha partes relacionadas com a história de amor com Lou Salomé: um discurso sobre a dor, uma evocação do efeito que sobre ele tinham os poemas de Salomé, um soneto de amor e sofrimento que ela lhe envia. Destaca um terrível ditame sobre a educação: "(...) tout homme doit avoir été élevé pour être, en quelque manière, un soldat. Et la femme, en quelque manière, la femme d'un soldat"; assinala reflexões sobre a modernidade, o nacionalismo, a paz e a guerra e uma análise à inquietação e às contradições de Nietzsche, que talvez MV sinta que se lhe aplica: "d'une part il veut savoir (...) il s'hasarde dans des régions incertaines; d'autre part il veut vivre et, sans se laisser jamais, il cherche une place à demeurer...". A leitura das biografias sobre Napoleão e Goethe, adquiridas em edições posteriores à do filósofo (esta de 1922, as outras, respectivamente, de 1929 e 1932) ter-lhe-á sido possivelmente sugerida pela leitura desta, sublinhada que está uma referência aos dois, considerados como superiores ao seu tempo e aos seus países.

[Imagem 14 - Página sublinhada da biografia de Daniel Halévy, "La vie de Frédéric Nietzsche" (1922)]

Pela mesma época, um autor desperta especial atenção ao lente de Coimbra, agora juiz: trata-se de Maurice Maeterlinck, de quem possui não menos de cinco livros (em número de títulos, é o autor mais representado na sua biblioteca, embora não o mais lido, como veremos), no original francês, em edições de entre 1929 e 1934. Prémio Nobel da literatura de 1911, Maeterlinck (1862-1949) foi um ensaísta, dramaturgo e poeta Belga de expressão Francesa. Expoente do teatro simbolista, agnóstico, conhece em Itália, num famoso Congresso de Teatro, no início dos anos 30 do séc. XX, António Ferro, de quem se torna amigo próximo. Não sabemos se MV conheceu pessoalmente Maeterlinck, que passou uma breve temporada em Portugal, precisamente a convite de Ferro e de sua mulher, Fernanda de Castro, em 1935, tendo regressado e permanecido algum tempo mais em 1939, fugindo da invasão nazi, a caminho dos EUA. Era também amigo de

Salazar, para quem, em 1937, escreve o prefácio da tradução francesa do discurso *Une révolution dans la paix*, e a quem aquele envia uma nota pessoal de boas-vindas aquando do refúgio no nosso país, em 1939. Conhecido em Portugal desde o final do séc. XIX, sendo as suas obras traduzidas e objecto de várias reedições, e, inclusive, representadas as suas peças de teatro, é de certo modo tardiamente que Álvaro Vilella chega a Maeterlinck, o que poderá dever-se às amizades supracitadas, que se desenvolvem ao longo dessa década de 30. Analisando os autores e as obras constantes da biblioteca, é difícil não concluir que só uma forte recomendação levaria MV a adquirir tantas obras do mesmo escritor - embora não o teatro ou a poesia, apenas os ensaios. Um escritor que, afinal, acabou por não lhe despertar especial admiração, a atentar nas marcas de leitura dos seus livros: aberto por inteiro está apenas *La grande féerie*, que talvez tenha sido abandonado na página 93, cujo canto superior direito permanece dobrado; *La vie des fourmis* não chegou a ser aberto; de *L'intelligence des fleurs* leu cerca de metade, até ao capítulo 12, e o mesmo aconteceu com *Avant le grand silence*, abandonado por volta da página 111; só *La grande loi* lhe terá interessado um pouco mais, atentando nuns parcos sublinhados na parte dedicada a Newton e à lei da gravidade.

Outro autor estrangeiro que aparece com mais de uma obra na biblioteca é Pierre Loti (1850-1923), oficial da marinha e escritor francês muito traduzido em Portugal. O seu espírito aventureiro e a visão niilista do mundo, que retrata em registo auto-biográfico em consequência das múltiplas viagens pelo mar, terá tido significado para Álvaro Villela, que dele possui *La Galilée* (a 53.^a edição, de 1922), certamente adquirido depois de *Quelques aspects du vertige mondial*, de 1917, reportagem de guerra publicada nesse mesmo ano, este com marcas de leitura.

De Emile Zola, o romance *Paris*, último volume da trilogia *Les trois villes*, foi lido com interesse talvez entre o final do séc. XIX e o início do XX, apresentando muitas marcas de leitura e sendo um dos poucos a ter, na página de guarda, o nome AVillela em autógrafo assinado, indicação de propriedade que só usou durante a juventude. Talvez essa primeira leitura o tenha impelido a adquirir *La bête humaine* por volta de 1924, ano da edição por Eugène Frasnelle, durante a estadia no Egipto. No entanto, nunca o leu e nem sequer chegou a abrir as primeiras páginas.

Alguma curiosidade terá sentido por conhecer *Madame Bovary*, de Flaubert, que adquire em edição de 1938, mas não lê. Tão pouco lê *La fête a Amalfi* (1938), livro de crónicas e contos curtos sobre uma viagem a Itália de Albert T'serstevens, autor francês de origem belga, amigo de Blaise Cendrars e de Delauny, muito conhecido na primeira metade do séc. XX, hoje esquecido.

Durante o período Egípcio, outro género de obras entram na biblioteca de Machado Villela: o humor aparece com *Pour que tout le monde puisse rire. Plus fort que les histoires gasconnes et marseillaises, par Saint-Yves, le roi des menteurs. Blagues. Rigolades. Histoires juives. Gauloiseries (à dire entre hommes). Histoires d'alcoves (à dire entre femmes). Des sucrées, des salées, des poivrées, de 1927*, e com *Les joyeuses histoires juives*, obra de um autor de nome Isaac Jacob, que apareceu em 1937 e reapareceu no final dos anos 50, em sucessivas reimpressões. Ambos os livros foram lidos.

[Imagem 15 - Página de rosto do livro “Le Bridge-Plafond”, com o selo da Livraria La Cité du Livre, de Alexandria]

Ao mesmo tempo, em Alexandria, MV ocuparia, com os seus colegas e amigos, as noites e os tempos livres com jogos de bridge: o seu carácter de estudioso levou-o a adquirir dois livros, *Le bridge-plafond* e *Nouveau traité de bridge-plafond*, ambos de 1926, sensivelmente o ano a partir do qual passaria a exercer funções naquela cidade, onde foi Presidente do Tribunal Comercial.

Com data de edição de 1914, mas certamente adquirido com vista à preparação da viagem para o Egipto, surge um utilíssimo guia Baedeker: *Egypte et Soudan: manuel du voyageur*. Na obra aparece uma referência aos tribunais mistos e, sobretudo, podemos acompanhar os locais que Álvaro Villela visitou: para além de sublinhados nas páginas sobre o dialecto árabe do Egipto e o seu vocabulário (mais uma vez se manifesta o gosto de MV pelas línguas), aparecem destaques no capítulo dedicado a Tebas, por exemplo sobre o grande templo de Amon ou o túmulo de Ramsés III, os túmulos dos Reis, Karnak e a barragem de Assuã; para uma visita ao Cairo terá retirado do livro a planta desta cidade, que foi arrancada a pp. 33.

[Imagem 16 - Capa do Guia Baedeker sobre o Egipto, com várias páginas sublinhadas, assinalando os locais que Machado Villela terá visitado]

O Egipto também terá deixado marcas na saúde de Machado Villela: são das décadas de 20 e 30 a quase totalidade dos 15 livros da biblioteca sobre saúde. Preocupava-o o tema da longevidade, mas também os cuidados com a alimentação, e o interesse por obras sobre doenças digestivas pode ter origem em enfermidades habitualmente contraídas em países do terceiro mundo. Os incómodos que terá então

sentido não provocaram porém, consequências de maior, já que viverá ainda longos anos após o seu regresso a Portugal, não se devendo o seu falecimento, passados os 80, a qualquer doença crónica.

2.3. Recorrências

Da colecção literária da biblioteca não restam dúvidas que os autores que mais impressionaram MV foram Nietzsche, através do trabalho biográfico de Halévy, já referido, D'Annunzio e Oscar Wilde. De D'Annunzio (1863-1938) possui um único livro, em edição italiana de 1909 (o livro foi originalmente publicado em 1900): *Il Fuoco*, romance que conta a história de amor entre um jovem artista e a sua amante em processo de envelhecimento, aparentemente inspirado na relação vivida entre o autor e a actriz Eleonora Duse. Esta história, cujo protagonista procura uma vida “rica e ardente”, representa a perspectiva do autor sobre “o novo drama”, que recupera a tragédia clássica no seu poder transformativo, como a forma de arte em que os princípios opostos, Dionisianos e Apolíneos se superam (Meda, 2006). D'Annunzio segue na senda de Nietzsche - cuja biografia Villela lê posteriormente e na qual assinala as expressões da contradição que aqui se simbolizam -, mas também de Wagner, de quem constam duas obras na Biblioteca, *Quatre poèmes d'opéras: Le vaisseau fantôme, Tannhaeuser, Lohengrin e Tristan et Iseult* (em edição de 1893 adquirida em Coimbra, na Livraria P. França e Arménio Amado) e *Siegfried*, sempre em edição francesa, esta de 1900, ambas as obras por abrir.

[Imagem 17 - Página de rosto da obra de Gabrielle d'Annunzio, “Il Fuoco” (1909)]

Um dos livros mais sublinhados é o de um outro autor que escreve sob o signo das contradições, do prazer de viver associado à dor das escolhas individuais. Trata-se de Oscar Wilde, de quem MV possui *Le portrait de Monsieur W. H.*, edição da P.-V. Stock, de 1906 que inclui as obras que, até à data, não estavam ainda traduzidas em Francês: *Le fantôme des Cantervilles, Le Sphinx n'a pas de secret, Le modèle millionnaire, Poèmes en Prose e L'âme humaine sous le régime socialiste*. A obra tem várias marcas de leitura, sobretudo no último texto, muito sublinhado, em passagens sobre a pobreza, a utopia, a arte e os artistas, o papel da imprensa, o despotismo, o poder do povo e... já recorrentemente, o individualismo, o egoísmo, a liberdade de escolher um rumo, solitário que seja, e a alegria da vida. Uma frase sublinhada pode talvez resumir o plano em que vivia Álvaro Villela as contradições que também Oscar Wilde enuncia: “Un nihiliste, qui

rejette toute autorité, parce qu'il sait que toute autorité est mauvaise, et qui fait bon accueil à la souffrance, parce que grâce à elle, il réalise sa personnalité, est un véritable chrétien. // Pour lui, l'idéal chrétien est une vérité". Uma vez mais, quando nos referimos a Machado Villela, personalidade conservadora, amigo de Salazar e apoiante do Estado Novo, poderá parecer estranho o interesse despertado por uma obra que abona um socialismo libertário de pendor anarquista: talvez compreendamos melhor se pensarmos na peculiaridade do pensamento de Oscar Wilde, um esteta que procura a forma de sociedade que melhor favoreça os artistas e a arte - ou seja, a criação a que, afinal, MV dedicou a vida através do estudo e do trabalho.

2.4. Preocupações sociais: as Misericórdias

Álvaro Machado Villela teve, desde novo, preocupações sociais que se manifestaram no estudo e na acção: não só a sua tese de doutoramento se debruçava sobre o problema dos seguros de vida, única ajuda possível para os mais pobres, numa época em que não existia assistência social pública como se empenhou na colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, da qual foi primeiro Escriturário e, depois, Provedor. Após a reforma de professor universitário, ocupou-se da criação da Misericórdia de Vila Verde, da qual foi o primeiro Provedor, cargo que ainda ocupava à data da morte. Na sua biblioteca encontramos uma pequena colecção sobre as Misericórdias, um conjunto de sete obras que nos permitem perceber que terá participado, pelo menos, no 2.º e 3.º Congressos, respectivamente em 1929 e 1932, que estabeleceu relações com as congéneres do Brasil (dois livros, um sobre a Santa Casa de Santos e outro sobre *Os Serviços Sociais da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*) e que, como habitualmente, se preocupava em conhecer a História das Misericórdias Portuguesas e as questões da assistência social em Portugal.

Da colecção, o livro mais lido foi *Origem e formação das Misericórdias Portuguesas*, de Fernando da Silva Correia, com data de 1942. Com sinais de ter sido muito manuseado, o livro tem bastos sublinhados, sendo particularmente assinalados os capítulos sobre a caridade colectiva, os exemplos de instituições estrangeiras, as directrizes e as fases de remodelação das Misericórdias em Portugal e, naturalmente, a sua História.

[Imagem 18 - Capa da obra "Origens e formação das Misericórdias em Portugal", de Fernando Correia da Silva (1944). ©Foto Felicidade]

O trabalho de criação da Misericórdia de Vila Verde e os estudos desenvolvidos permitiram-lhe ser o relator do Congresso Nacional Mariano, realizado em Braga em 1954, de que resultou um dos seus últimos trabalhos, um dos poucos que publicou não relacionados com a actividade profissional: *Maria Santíssima, Mãe de Misericórdia: noção e fundamentos. Irmandades da Misericórdia na Arquidiocese de Braga e no país.*

Conclusão

Neste breve apontamento procurou-se descobrir alguns aspectos da personalidade de Álvaro Machado Villela e acompanhar o seu percurso de vida a partir do estudo da biblioteca particular doada ao município de Vila Verde.

Encontramos o homem que nos é descrito pelos biógrafos, conservador, estudioso, dedicado ao bem comum, mas também o homem que os contemporâneos de Coimbra descreviam como alegre e bem apessoado, amante da vida, bom amigo. Descobrimos mais: as suas inquietações e contradições, os seus gostos, os temas que incessantemente buscava, as que o impressionavam e a que voltava por vezes, a sua inteira liberdade de espírito.

Descobrimos os seus autores favoritos - as suas inspirações, as linhas teóricas que o influenciaram na criação do campo do Direito Internacional Privado em Portugal, mas também na Literatura e nas Ciências Sociais - e os autores seus amigos, nem sempre coincidentes.

Descobrimos uma personalidade específica de leitor, o que não busca as edições raras, o que não acumula, um espartano da leitura que adquire e conserva exclusivamente o que lhe agrada ou é útil e o que lhe é oferecido por aqueles com quem mantém relações de afecto ou respeito.

Quando lê, Machado Villela lê com gosto, para aprender, para pensar, mas também, embora menos, para se divertir. O seu leque de leituras literárias é limitado, a literatura não o fascina. Dos autores clássicos que possui, prefere as obras ensaísticas às romanescas. Na poesia, no romance, busca sobretudo o ensaio, a proposta de ideias, a reflexão sobre o mundo. Por vezes, uns autores levam-no a outros que, umas vezes sim, outras não, satisfazem a sua necessidade de saber e reflectir.

Constitui colecções temáticas de acordo com as diversas áreas em que intervém, mormente na produção científica, mas também nas decisões como juiz e na acção social: no Inventário da Biblioteca destacamos algumas destas colecções, sobre os Seguros, as Misericórdias, ou até a actividade mineira, a única de que não descortinámos, na obra publicada ou nos pareceres que elaborou, o correspondente trabalho escrito.

Biblioteca de referência no campo do Direito Internacional Privado, este espólio bibliográfico alberga um mundo: o do cidadão Álvaro da Costa Machado Vilela, que um dia deixou a freguesia de Barbudo para estudar em Coimbra e daí partiu para a Europa e para o Oriente, aportando a todos os lugares que a razão e o coração lhe ditaram.

Talvez se lhe aplique a frase de Oscar Wilde quando, no final de *L'âme de l'Homme sous le régime socialiste*, disserta sobre a humanidade de Cristo: *En effet, ce qu'a cherché l'homme, c'est non pas la souffrance, ni le plaisir, c'est simplement la vie.*

Referências

- Chalom, J. (2012/09/15). *Présentation par Elisabeth Moustaki de son livre «Le joli temps avant la pluie»*. Paris: Association pour la Sauvegarde du Patrimoine Culturel des Juifs d'Égypte. Disponível em <https://www.aspcje.fr/nos-activites/comptes-rendus-cercles-de-lecture/168-15-09-12-elisabeth-moustaki.html>.
- Meda, A. (2006). Il Fuoco, 1990: a novel by Gabriel D'Annunzio. In Gaetana Marrone & Paolo Puppa, *Encyclopedia of Italian Literary Studies* (p. 545). New York, NY: Routledge.
- Navarro, Alberto (1971-1972). Como se organiza uma biblioteca privada. In J. A. Telles da Silva, *Manuscritos e livros valiosos; com um ensaio bio bibliográfico*. Lisboa: JATS.
- Nunes, H. B. (2005). O que (não) lia Nogueira da Silva. *Forum*, 38, Jul. 2005, p. 61-79.

Bibliografia Ativa de Álvaro Machado Vilela

1. Vilela, A. M. (1918-1919). Acórdão da Relação de Coimbra de 4 de agosto de 1918 . Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 5, n.º 47 a 50, p. 598-606.
2. Vilela, A. M. (1921-1922). Acórdão da Relação de Coimbra de 11 de Junho de 1919 . Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 7, n.º 61 a 65, p. 80-88.
3. Vilela, A. M. (1920-1921). Acórdão da Relação do Porto de 12 de dezembro de 1916 e da Relação de Lisboa de 26 de fevereiro de 1919. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 6, n.º 51 a 53, p. 167-182.

4. Vilela, A. M. (1916). Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 10 de março e de 25 de abril de 1916: competência internacional dos tribunais portugueses, aplicação das leis estrangeiras. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 3, n.º 21, p. 10-44.
5. Vilela, A. M. (1955). Ante-projecto de um sistema uniforme de regras de conflitos de jurisdições. Scientia Iuridica. Braga. T. 4, n.º 16/17, p. 151-188. Também publicado em Separata: Braga: Scientia Iuridica, 1955.
6. Vilela, A. M. (1912). Apontamentos de direito internacional privado: colligidos segundo as prelecções do ... Dr. Machado Vilela: 1912-1913 por Jayme Thomé e Coelho de Carvalho. Coimbra: Typ. Lusitana.
7. Vilela, A. M. (1957). Os bens dos alemães em Portugal e a última Grande Guerra. Scientia Iuridica. Braga. T. 6, n.º 27, p. 22-32; n.º 29, p. 231-246.
8. Vilela, A. M. (1917). Capacidade matrimonial de estrangeiros em Portugal. Revista de Justiça. Lisboa. Ano 1, n.º 24, p. 377-378.
9. Vilela, A. M. (1916). Código civil brasileiro: edição segundo o texto oficial revista e prefaciada pelo Dr. Alvaro da Costa Machado Vilela. Coimbra: França & Arménio.
10. Vilela, A. M. (1961). O Código Civil Brasileiro: antologia do mestre. Scientia Iuridica. Braga. T. 10, n.º especial dedicado à memória do Prof. Álvaro Machado Vilela 53/56, p. 301-312.
11. Vilela, A. M. (1942). Parecer do Sr. Dr. Álvaro Vilela. In Conflito de leis: qual a lei aplicável, num caso de conflito internacional de leis sobre investigação da paternidade ilegítima (p. 23-64). Lisboa: Edição dos recorrentes, 1942. Supremo Tribunal de Justiça, recurso n.º 51.858.
12. Vilela, A. M. (1915-1916). Conflitos entre as leis portuguesas e as leis brasileiras em matéria de nacionalidade. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 1, n.º 5 (1915), p. 175-189; ano 2, n.º 13, p. 95-107; ano 2, n.º 14, p. 155-166. Disponível em https://www.fd.uc.pt/bfd/downloads/pdf/bfduc_1914.pdf
13. Vilela, A. M. (1904). Direito Internacional: lições feitas na Universidade de Coimbra ao curso do 5.º anno jurídico de 1903-1904. Coimbra: Imprensa da Universidade.
14. Vilela, A. M. (1913). Direito internacional privado: apontamentos das prelecções feitas pelo Exmo. Sr. Dr. Machado Vilela ao curso do 5.º anno jurídico, 1913-1914, [por] Costa Pinheiro. Coimbra: Livraria Neves.
15. Vilela, A. M. (1914). Direito internacional privado: apontamentos de 1914-1915, conforme as prelecções feitas ao curso do 5º anno juridico, pelo Exmo. Sr. Dr. Machado Vilela [por] Eduardo Teixeira. Coimbra : Tip. Lusitana.

16. Vilela, A. M. (1917-1921). O direito internacional privado no Código civil brasileiro. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 3, N. 26 e 27 (1917), p. 231-270; Ano 4, n.º 31, 32 e 33 (1917-1918), p. 1-79; n.º 39-40 (1917-1918), p. 587-653; Ano 5, n.º 44, 45 e 46 (1918-1919), p. 168-215; n.º 47, 48, 49 e 50 (1918-1919), p. 497-551; Ano 6, n.º 51, 52 e 53 (1920-1921), p. 1-94; n.º 54 a 60 (1920-1921), p. 293-453.
17. Vilela, A. M. (1921). O Direito Internacional Privado no Código Civil brasileiro. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
18. Vilela, A. M. (1893). Systema do Código Civil em matéria de casamento: suas imperfeições. [texto ms.]. Coimbra, 22 de Março de 1893. Dissertação para a cadeira de Direito Civil por Álvaro da Costa Machado Villela, n.º 5.
19. Vilela, A. M. (1894). Argumento: Análise dos artigos 1.º e 2.º do Código Commercial Portuguez [texto ms.]. Coimbra, 25 de Março de 1894. Dissertação para a 11.ª cadeira de Direito Commercial por Álvaro da Costa Machado Villela, n.º 58.
20. Vilela, A. M., & Reis, J. A. (1920-1921). Do juízo arbitral. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 6, n.º 54-60, p. 686-699.
21. Vilela, A. M. (1916). Dr. José Ferreira Marnoco e Sousa: notas biográficas. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 2, n.º 17, p. 329-361.
22. Vilela, A. M. (1953). Doutor Manuel Monteiro: um depoimento. Braga: [s.n.].
23. Vilela, A. M. (1909). Estudo sobre as convenções de Haya de direito internacional privado: lições de 1908-1909. Coimbra: Imprensa da Universidade.
24. Vilela, A. M. (1909-1916). Estudo sobre as convenções de Haya de direito internacional privado. Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. Ano 42, n.º 1805 (1909), p. 273-275; n.º 1806, p. 289-292; n.º 1807, p. 305-307; n.º 1808, p. 321-324; n.º 1809, p. 337-340; n.º 1810, p. 353-356; n.º 1811, p. 369-372; n.º 1813, p. 401-404; n.º 1814 (1910), p. 417-421; n.º 1815, p. 433-438; n.º 1816, p. 449-452; n.º 1817, p. 465-468; n.º 1818, p. 481-485; n.º 1819, p. 497-499; n.º 1820, p. 513-517; n.º 1821, p. 529-531; n.º 1822, p. 545-549; n.º 1824, p. 577-581; n.º 1825, p. 593-595; A. 43, n.º 1826, p. 2-4; n.º 1827, p. 17-20; n.º 1828, p. 33-36; n.º 1829, p. 49-53; n.º 1830, p. 65-68; n.º 1831, p. 81-84; n.º 1832, p. 97-99; n.º 1833, p. 113-114; n.º 1834, p. 129-131; n.º 1835, p. 145-147; n.º 1836, p. 161-163; n.º 1837, p. 177-180; n.º 1838, p. 194-195; n.º 1839, p. 209-212; n.º 1840, p. 225-229; n.º 1841, p. 241-244; n.º 1842, p. 257-260; n.º 1843, p. 273-278; n.º 1844, p. 289-292; n.º 1845, p. 305-308; n.º 1846, p. 321-324; n.º 1847, p. 337-339; n.º 1848 (1911), p. 353-356; n.º 1849, p. 369-373; n.º 1850, p. 385-388; n.º 1851, p. 401-405; n.º 1852, p. 417-420; n.º 1853, p. 433-436; n.º

1854, p. 449-452; n.º 1856, p. 481-485; n.º 1857, p. 497-500; n.º 1858, p. 513-515; A. 44, n.º 1860, p. 2-7; n.º 1861, p. 17-20; 1862, p. 33-35; n.º 1863, p. 49-52; n.º 1864, p. 65-68; n.º 1865, p. 81-83; n.º 1866, p. 97-100; n.º 1867, p. 113-115; 1868, p. 129-132; n.º 1869, p. 145-148; n.º 1870, p. 161-164; n.º 1871, p. 177-179; n.º 1872, p. 193-196; n.º 1873, p. 209-213; n.º 1874, p. 225-228; n.º 1875, p. 241-245; n.º 1876, p. 257-260; n.º 1877, p. 273-275; n.º 1878, p. 289-292; n.º 1879, p. 305-307; n.º 1880, p. 321-324; n.º 1881, n.º 337-340; n.º 1882 (1912), p. 353-356; n.º 1883, p. 369-372; n.º 1884, p. 385-388; n.º 1885, p. 401-405; n.º 1887, p. 433-435; n.º 1888, p. 449-452; n.º 1889, p. 465-469; n.º 1890, p. 481-484; n.º 1891, p. 497-499; A. 45, n.º 1893, p. 2-5; n.º 1894, p. 17-20; n.º 1895, p. 33-36; n.º 1896, p. 49-51; n.º 1897, p. 65-68; n.º 1898, p. 81-83; n.º 1899, p. 97-100; n.º 1900, p. 113-115; n.º 1901, p. 129-132; n.º 1902, p. 145-149; n.º 1903, p. 161-163; n.º 1904, p. 177-180; n.º 1905, p. 193-195; n.º 1906, p. 209-212; n.º 1907, p. 225-228; n.º 1908, p. 241-244; n.º 1909, p. 257-260; n.º 1910, p. 273-277; n.º 1911, p. 289-292; n.º 1912, p. 305-308; n.º 1913, p. 321-324; n.º 1914, p. 337-340; n.º 1915 (1913), p. 353-356; n.º 1916, p. 369-371; n.º 1917, p. 385-387; n.º 1918, p. 401-405; n.º 1919, p. 417-420; n.º 1920, p. 433-437; n.º 1921, p. 449-451; n.º 1922, p. 465-468; n.º 1923, p. 481-484; n.º 1924, p. 497-500; A. 46, n.º 1925, p. 2-5; n.º 1926, p. 17-21; n.º 1927, p. 33-36; n.º 1928, p. 49-51; n.º 1929, p. 65-68; n.º 1930, p. 81-83; n.º 1931, p. 97-100; n.º 1932, p. 113-117; n.º 1933, p. 129-132; n.º 1934, p. 145-148; n.º 1935, p. 165-168; n.º 1936, p. 177-180; n.º 1937, p. 193-196; n.º 1938, p. 208-213; n.º 1939, p. 225-228; n.º 1940, p. 241-244; n.º 1941, p. 257-260; n.º 1942, p. 273-276; n.º 1943, p. 289-291; n.º 1944, p. 305-308; n.º 1945, p. 321-324; n.º 1946 (1914), p. 337-340; n.º 1947, p. 353-357; n.º 1948, p. 369-372; n.º 1949, p. 385-388; n.º 1950, p. 401-404; n.º 1951, p. 417-420; n.º 1952, p. 433-437; n.º 1953, p. 449-453; n.º 1954, p. 465-468; n.º 1955, p. 481-483; n.º 1956, p. 498-500; A. 47, n.º 1957, p. 2-5; n.º 1958, p. 17-20; n.º 1959, p. 33-36; n.º 1960, p. 49-52; n.º 1961, p. 65-67; n.º 1962, p. 81-84; n.º 1963, p. 97-100; n.º 1964, p. 113-116; n.º 1965, p. 129-132; n.º 1966, p. 145-148; n.º 1967, p. 161-164; n.º 1968, p. 177-181; n.º 1969, p. 193-196; n.º 1970, p. 209-212; n.º 1971, p. 225-228; n.º 1972, p. 241-244; n.º 1973, p. 257-260; n.º 1974, p. 273-276; n.º 1975, p. 289-292; n.º 1976, p. 305-308; n.º 1977, p. 321-324; n.º 1978, p. 337-340; n.º 1979 (1915), p. 353-355; n.º 1980, p. 369-372; n.º 1981, p. 385-389; n.º 1982, p. 401-404; n.º 1983, p. 417-421; n.º 1984, p. 433-436; n.º 1985, p. 449-453; n.º 1986, p. 465-468; n.º 1987, p. 481-484; n.º 1988, p. 497-500; A. 48, n.º 1989, p. 3-5; n.º 1990, p. 17-20; n.º 1991, p. 33-36; n.º 1992, p. 49-52; n.º 1993, p. 65-68; n.º 1994, n.º 81-84; n.º 1994, p. 97-100; n.º 1996, p. 113-117; n.º 1997, p. 129-132; n.º 1998, p. 145-148; n.º

- 1999, p. 161-164; n.º 2000, p. 177-181; n.º 2001, p. 193-196; n.º 2002, p. 209-212; n.º 2003, p. 225-228; n.º 2004, p. 241-244; n.º 2005, p. 257-260; n.º 2006, p. 273-275; n.º 2007, p. 289-292; n.º 2008, p. 305-309; n.º 2009, p. 321-323; n.º 2010, p. 337-340; n.º 2011 (1916), p. 353-356; n.º 2012, p. 369-372; n.º 2013, p. 385-388; n.º 2014, p. 401-404; n.º 2015, p. 417-420; n.º 2016, p. 433-436; n.º 2017, p. 449-452; n.º 2018, p. 465-469; n.º 2020, p. 481-500; n.º 2021, p. 513-516; A. 49, n.º 2022, p. 2-5; n.º 2023, p. 17-20; n.º 2024, p. 33-36; n.º 2025, p. 49-52; n.º 2026, p. 65-68; n.º 2027, p. 81-85; n.º 2028, p. 97-100; n.º 2029, p. 113-116; n.º 2030, p. 129-133.
25. Vilela, A. M. (1910). Estudos de direito internacional: organização da sociedade internacional: lições de direito internacional de 1909-1910. - [S.l.] : [s.n.], [1910].
26. Vilela, A. M. (1957). A execução do Tratado de Amizade e consulta entre Portugal e o Brasil. *Scientia Iuridica*. - Braga. T. 6, no 29, p. 225.
27. Vilela, A. M. (1955-1956). A legalização dos documentos estrangeiros. *Scientia Iuridica*. Braga. T. 4, n.º 18/20 (1955), p. 438-459 - T. 5 (1956), p. 122-143. Também publicado em *Separata* (Braga: *Scientia Iuridica*, 1955).
28. Vilela, A. M. (19--). Lições de direito internacional privado colligidas pelos alumnos R. d'Almeida e M. d'Oliveira em harmonia com as prelecções do illustre professor. Coimbra: Lith. e Typ. Correia Cardoso, [19--?].
29. Vilela, A. M. (1903). Lições de direito internacional: 1902 a 1903. Coimbra: Imprensa da Universidade, [1903].
30. Vilela, A. M. (1903). Lições de direito internacional: 1903-1904. Coimbra : Imprensa da Universidade.
31. Vilela, A. M. (1904). Lições de direito internacional: 1904-1905. Coimbra : Imprensa da Universidade.
32. Vilela, A. M. (1905). Lições de direito internacional: 1905-1906. Coimbra : Imprensa da Universidade.
33. Vilela, A. M. (1954). *Maria Santíssima, Mãe de Misericórdia: noção e fundamentos. Irmandades da Misericórdia na Arquidiocese de Braga e no país*. Braga: Livraria Cruz, 1954. Congresso Nacional Mariano; Vilela, A. M. (relator).
34. Vilela, A. M. (1940-1941). Notas sobre a competência internacional no novo código de processo civil. *Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]*. Coimbra. Vol. 17 (1940-1941), p. 274-346; Vol. 18 (1942), p. 1-70. Também publicado em *Separata* (1942).
35. Vilela, A. M. (1952). Observações sobre a execução das sentenças estrangeiras. *Boletim do Ministério da Justiça*. N.º 32 (Set. 1952), p. 31-66.

36. Vilela, A. M. (1944). Parecer sôbre a proposta de lei à reabilitação dos delinquentes e jurisdicionalização do cumprimento das penas e das medidas de segurança. Diário das Sessões [da Assembleia Nacional], 49, 26 fev. 1944. AMV relator.
37. Vilela, A. M. (1956). Portugueses no Brasil: parecer. Scientia Iuridica. Braga. T. 5, n.º 24/25, p. 352-372; n.º 26, p. 450-479.
38. Vilela, A. M. (1951). Primeiro Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional: comunicação apresentada ao congresso sobre o IV tema objecto de deliberação, a execução de sentenças estrangeiras. [S.l.: s.n.], 1951. Também publicado com o título A execução das sentenças estrangeiras: comunicação apresentada ao Primeiro Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. [Braga: Livraria Pax], 1952.
39. Vilela, A. M. (1960). Regime jurídico dos casais agrícolas. Scientia Iuridica. Braga. T. 9, n.º 45/47, p. 141-172. Publicação póstuma do parecer da Câmara Corporativa de que foi relator em 1946.
40. Vilela, A. M. (1906). Relações jurídicas internacionais de carácter privado: lições de direito internacional de 1906-1907. Coimbra: Imprensa da Universidade.
41. Vilela, A. M. (1907). Relações jurídicas internacionais de carácter privado: lições de direito internacional de 1907-1908. Coimbra: Imprensa da Universidade.
42. Vilela, A. M. (1897). A revisão no processo criminal. Coimbra: Imprensa da Universidade.
43. Vilela, A. M. (1898). Seguro de vidas: esboço historico, economico e juridico. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898. Tese de doutoramento.
44. Vilela, A. M. (1897). Theses selectas de Direito as quaes sob a presidencia do illustrissimo e excellentissimo senhor Doutor Manuel Nunes Geraldês ... na Universidade de Coimbra se propõe defender para obter o grau de doutor ... Alvaro da Costa Machado Villela. Coimbra: Imprensa da Universidade, Anno MDCCCXCVII [1897].
45. Vilela, A. M. (1953). O Tratado de amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil. Scientia Iuridica. Braga. T. 3, n.º 10, p. 244-259
46. Vilela, A. M. (1921-1922). Tratado elemental: teórico e prático de direito internacional privado. Coimbra: Coimbra Editora. 2 vol.
42. Vilela, A. M. (1913). Tratados colectivos sôbre direito internacional privado. Coimbra : Imprensa da Universidade.

1. Braga, António de Oliveira (1961). Homenagem à memória de Álvaro Machado Vilela: discurso proferido pelo Dr. António de Oliveira Braga, advogado em Braga e vice-presidente da Associação, na abertura da mesma sessão e apresentando o Prof. Ferrer Correia. *Scientia Iuridica*, T. 10 (53/56), p. 290-293. N.º especial dedicado à memória do Prof. Álvaro Machado Vilela.
2. Braga, António de Oliveira (1971). Machado Vilela e a Comunidade Lusíada. *Scientia Iuridica*, T. 20 (112/113), p. 410-415.
3. Branco, Guilherme (1961). Homenagem à memória de Álvaro Machado Vilela: discurso pelo Dr. Guilherme Branco, advogado em Braga e secretário da Associação Jurídica de Braga, proferido no cemitério de Barbudo e durante a romagem ao túmulo do Professor Machado Vilela. *Scientia Iuridica*, T. 10 (53/56), p. 294. N.º especial dedicado à memória do Prof. Álvaro Machado Vilela.
4. Buzaid, Alfredo (1971). No centenário do nascimento de Álvaro Machado Vilela. *Scientia Iuridica*, T. 20 (112/113), p. 373.
5. Correia, António de Arruda Ferrer (1960). Homenagem à memória do Doutor Álvaro da Costa Machado Vilela. *Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]*, vol.36, p. 352-363. Também publicado com o título Homenagem à memória de Álvaro Machado Vilela. *Scientia Iuridica*, T. 10 (53/56), (1961), p. 281-289. N.º especial dedicado à memória do Prof. Álvaro Machado Vilela.
6. Costa, Alfredo Nobre da (1971). No centenário de Machado Vilela. *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 210, p. 5-14
7. Costa, Mário Júlio de Almeida (1971). Machado Vilela, pioneiro: discurso. Braga: Livraria Cruz. Coleção *Scientia Iuridica*. Também publicado com o título Machado Vilela e a comunidade luso-brasileira. Lisboa: [s.n., 1971].
8. Cruz, Guilherme Braga da (1975). *A Revista de Legislação e Jurisprudência: esboço da sua História*. Coimbra: Revista de Legislação e Jurisprudência. Vol. I. Separata da Revista de Legislação e Jurisprudência, do ano 101 (1968-1969) ao ano 107 (1974-1975). Inclui biografia de Machado Vilela no cap. II, ponto 101, pp. 462-471 e outras referências à sua atividade na revista nos cap. II, pontos 99 (pp. 454-456), 119 (pp. 598 a 613), 139 (pp. 807-814) e 140 (pp. 814-820).
9. Diogo, Manuel Gonçalves (1971). O centenário do nascimento do Dr. Álvaro da Costa Machado Vilela. *Vilaverdense*. Ano 14 (380), (18 Jul. 1971), p. 1-2.
10. Dr. Álvaro da Costa Machado Vilela e Dr. José Caeiro da Matta (1917-1918). *Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]*, ano 4 (39/40), p. 795-796.

11. Homenagem a Machado Vilela [documento audiovisual] (1971). In RTP Arquivos, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/homenagem-a-machado-vilela/>
12. Jayme, Erik (1998). Machado Villela (1871-1956) und das Internationale Privatrecht. In Jurgen Basedow, Klaus J. Hopt, Hein Kotz (ed. Lit.), Festschrift für Ulrich Drobnig: zum siebzigsten Geburtstag (pp. 289-297). Tübingen: Mohr Siebeck.
13. Marcos, Rui Manuel de Figueiredo (2002). Lembrança de Machado Villela. Coimbra: [s.n.].
14. Marcos, Rui Manuel de Figueiredo (2012). O Retrato de Machado Villela, Mestre da Faculdade de Direito e Primeiro Director da Biblioteca. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra], vol. 88 (2), p. 923-937.
15. Marcos, Rui Manuel de Figueiredo (2016). Relances evocativos de Álvaro Machado Vilela e de Fernando Pires de Lima. Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra], vol. 92 (1), p. 1177-1186.
16. Machado, João Baptista (1991). Autonomia do reconhecimento dos direitos adquiridos em Machado Vilela e suas implicações. In João Baptista Machado: obra dispersa. (Vol. I, pp. 753-772). Braga: Scientia Jurídica.
17. Professor Dr. Álvaro Villela (1920-1921). Boletim da Faculdade de Direito [da Universidade de Coimbra]. Coimbra. Ano 6, n.º 54-60 , p. 700-703.
18. Ramos, Rui Manuel Moura (2020). Machado Villela, o primeiro internacionalista português da contemporaneidade. In R.M.M.Ramos, Estudos de direito internacional privado e de direito processual civil internacional (Vol. III, pp.359-404). [Coimbra] : Gestlegal.
19. Ramos, Rui Manuel Moura (1998). A permanência do Direito Processual Civil Internacional português: competência internacional dos tribunais portugueses e reconhecimento português: competência internacional dos tribunais portugueses e reconhecimento das sentenças estrangeiras no tempo de Machado Vilela e no Código de Processo Civil actual. In J.de M. Antunes Varela [et al.] (org.), Ab vno ad omnes : 75 anos da Coimbra Editora, 1920-1995. Coimbra: Coimbra Editora.
20. Sousa, Salvador de (2010). Professor Machado Vilela, um ilustre Vilaverdense. Diário do Minho, 4 Set. 2010.
21. Valladão, Haroldo (1972). Machado Vilela: primeiro jurista luso-brasileiro. Scientia Jurídica, ano XVII (116), pp. 40-54.

Referência deste artigo: Nunes, M.B. (2021). A biblioteca como biografia: uma aproximação à figura de Álvaro Machado Villela a partir da sua biblioteca particular. *Boletim Cultural de Vila Verde*, 16, pp.